

RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.052 - PR (2019/0051801-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : ODENIR QUINTINO TEODORO
ADVOGADO : KAUANE GUERRA MAZZIA - PR082830

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça daquele estado** no Recurso em Sentido Estrito n. 2826-58.2008.8.16.0014.

Nas **razões do especial**, o recorrente aponta violação dos **arts. 74, § 1º, e 413, caput e § 1º, ambos do CPP**, ao argumento de que "o próprio acórdão reconheceu a existência da situação que ensejou a qualificação do crime por motivo torpe (ciúmes); todavia, optou por valorar tal situação como não sendo caracterizadora de motivo torpe, em evidente extrapolação dos limites cognitivos da pronúncia" (fl. 585).

Requer a manutenção da qualificadora do motivo torpe na pronúncia.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 600-609, e o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial (fls. 629-630).

Decido.

O especial é tempestivo e preencheu os demais requisitos constitucionais, legais e regimentais para seu processamento, pois houve prequestionamento do tema objeto da impugnação e foram devidamente expostos os dispositivos de lei presumidamente contrariados, além dos fatos e do direito, a permitir o exame da aventada questão jurídica controversa.

É sabido que a pronúncia consubstancia um mero juízo de admissibilidade da acusação, razão pela qual basta que o Juiz esteja convencido da materialidade do delito e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação para que o acusado seja

pronunciado, consoante o disposto no art. 413 do Código de Processo Penal.

O *decisum* que submete o agente a julgamento perante o Conselho de Sentença deve ser fundamentado não apenas em relação à materialidade do fato e aos indícios suficientes de autoria ou de participação, **mas também no que se refere às qualificadoras**, haja vista o disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal.

Vale dizer, embora a decisão de pronúncia deva ser comedida na apreciação das provas, **deve conter uma fundamentação mínima para o reconhecimento de qualificadoras**, a fim de que o juízo de valor acerca da sua efetiva ocorrência possa ser apreciado pelo Conselho de Sentença.

Faço lembrar que a Constituição Federal conferiu ao Tribunal do Júri a competência para julgar crimes dolosos contra a vida e lhe assegurou a soberania dos veredictos. Assim, em respeito ao **princípio do juiz natural**, é entendimento dominante nesta Corte Superior que **"somente é cabível a exclusão das qualificadoras, na decisão de pronúncia, quando manifestamente improcedentes**, uma vez que cabe ao Tribunal do Júri, diante dos fatos narrados na denúncia e colhidos durante a instrução probatória, a emissão de **juízo de valor acerca da conduta praticada pelo réu"** (AgRg no AREsp n. 813.200/DF, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 6/6/2016, destaquei).

No caso, o recorrido foi denunciado como incurso no art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, do Código Penal. Na ocasião, o *Parquet* estadual enfatizou que **"o increpado [...] agiu por motivo torpe, em razão de supor que ofendido estivesse tendo um relacionamento extraconjugal com a amásia dele"** (fl. 9, grifei).

Ao analisar o caso, o Magistrado de primeiro grau pronunciou o acusado por incursão no art. 121, § 2º, I, c/c o art. 14, II, do CP. Relativamente à qualificadora em questão, a decisão assentou (fl. 392, destaquei):

No tocante à qualificadora esta “deve ser afastada quando manifestamente improcedente e descabida (RT 421/310 e 424/357). Somente quando impertinente deve ser subtraída ao (Adriano Marrey e Júri, que é o juiz natural da causa (RT 366/119, 393/123, 438/386)” In outros, Teoria e Prática do

Júri, 6 ed., 1997, pág. 229).

Tudo leva a crer que os fatos se deram por motivo torpe, ou seja, supostamente, em razão de o réu acreditar que a vítima possuía um relacionamento extraconjugal com sua amásia.

A alegação formulada pela Defesa de que não houve torpeza na conduta do acusado não deve ser acatada neste momento.

Portanto, hei por bem em manter a qualificadora prevista no artigo 121, parágrafo segundo, inciso I, do Código Penal, **não podendo excluí-la de plano, posto que não foi eliminada pelas provas produzidas no curso da instrução**, devendo a mesma ser levada para apreciação do Colendo Conselho de Sentença.

A Corte de origem afastou a qualificadora do motivo torpe pelos seguintes fundamentos (fls. 495-496, grifei):

Relativamente ao pleito de exclusão da qualificadora descrita na peça acusatória, qual seja, motivo torpe, merece acolhida a tese defensiva.

A jurisprudência desta Primeira Câmara Criminal já firmou orientação no sentido de que, salvo situações excepcionais, diferentes da hipótese em exame nos autos, o **ciúme, pela intensidade que o caracteriza e como referencial maior da reação emocional humana, não pode ser reconhecido como motivo torpe (ou fútil)**.

[...]

Assim, **conceitualmente falando que o comportamento do Réu não pode ser considerado torpe haja vista que praticado pelo sentimento do ciúme**, inviável a manutenção da referida qualificadora.

Opostos embargos declaratórios pela acusação, eles foram rejeitados. Ficou consignado no acórdão (fl. 528): "o aresto atacado foi provido com fundamentação adequada para demonstrar ao Embargante as razões pelas quais entendeu pelo afastamento da qualificadora do motivo torpe baseada no ciúme, alinhando-se aos reiterados precedentes fixados pela 1ª Câmara Criminal".

Pelos trechos acima transcritos, observa-se que o Magistrado singular pronunciou o réu pela prática de homicídio qualificado pelo motivo torpe, por concluir que **a adjetivadora não foi eliminada pelas provas produzidas ao longo do processo**.

O Tribunal *a quo*, por sua vez, **embora haja reconhecido que o recorrido praticou o delito por ciúmes**, entendeu que **tal sentimento, "pela intensidade que o caracteriza e como referencial maior da reação emocional humana, não pode ser reconhecido como motivo torpe (ou fútil)"** (fl. 495, destaquei).

Todavia, este Superior Tribunal compreende que "cabe ao Tribunal do Júri decidir, no caso em concreto, se o ciúme configura ou não a qualificadora de motivo torpe". (**AgRg no AREsp n. 1.128.138/MG**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª. T., DJe 27/9/2017).

Colaciono, ainda, outros julgados:

[...]

4. Havendo nos autos elementos probatórios a sustentar a incidência das qualificadoras alinhavadas na denúncia, **cabe ao Tribunal do Júri**, juiz natural da causa, e não ao Juízo togado, **dirimir eventual incerteza** a respeito da dinâmica dos fatos, inclusive **se o agente teria agido imbuído por ciúme e se tal sentimento teria natureza fútil, torpe ou incidiria como um privilégio do crime**. [...] (**AgRg no REsp n. 1.267.293/RS**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 14/3/2017, grifei)

[...]

1. O sentimento de posse em relação a outra pessoa, com submissão a situações humilhantes ou violentas, acrescido do ciúme desmedido, a depender das circunstâncias do caso concreto, pode caracterizar o motivo torpe. Consoante a jurisprudência do STJ, "cabe ao conselho de sentença decidir se o paciente praticou o ilícito motivado por ciúmes, assim como analisar se referido sentimento, no caso concreto, constitui o motivo torpe que qualifica o crime de homicídio. (...). (STJ, REsp. 810.728/RJ, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 02/08/2010). [...] (**AgRg no REsp n. 1.251.725/MG**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 25/5/2016, destaquei)

Na verdade, de acordo com a jurisprudência do STJ, ao reconhecer que o acusado agiu impulsionado por ciúmes, **não poderia o Tribunal a quo, na fase do *iudicium accusationis*, emitir juízo de valor acerca da motivação do crime** ao ponto de excluir da pronúncia a

qualificadora do motivo torpe, expressamente narrada na denúncia.

Nesse sentido:

[...]

2. Somente é cabível a **exclusão das qualificadoras**, na sentença de pronúncia, quando **manifestamente improcedentes**, uma vez que **cabe ao Tribunal do Júri**, diante dos fatos narrados na denúncia e colhidos durante a instrução probatória, **a emissão de juízo de valor acerca da conduta praticada pelo réu**.

[...] (AgRg no AREsp n. 470.902/AL, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 11/3/2016, grifei)

[...] Na linha dos precedentes desta Corte, "o sentimento de ciúme pode tanto inserir-se na qualificadora do inciso I ou II do § 2º, ou mesmo no privilégio do § 1º, ambos do art. 121 do CP, análise feita concretamente, caso a caso. Polêmica a possibilidade de o ciúme qualificar o crime de homicídio é inadmissível que o Tribunal de origem emita qualquer juízo de valor, na fase do *iudicium accusationis*, acerca da motivação do delito expressamente narrada na denúncia" (AgRg no REsp n. 1.457.054/PR, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016) [...] (**REsp n. 1.415.502/MG**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 17/2/2017)

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "c", parte final, do RISTJ, **dou provimento ao recurso especial** para incluir, na decisão de pronúncia, a qualificadora do art. 121, § 2º, I, do Código Penal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**